

ATA DA CENTÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 22-10-2018.

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Elizandro Sabino, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença André Carús, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Professor Wambert, Rafão Oliveira e Sofia Cavedon. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/18 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 119/18 (Processos nºs 1254 e 1270/18, respectivamente), de autoria de João Bosco Vaz; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 127/18 (Processo nº 1283/18), de autoria de Mônica Leal. A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 017.00017/2018-98, por meio do qual foi autorizada Missão Externa de Valter Nagelstein do dia vinte de outubro ao dia quatro de novembro do corrente, com agendas nas cidades de Kanazawa e Tóquio, no Japão, e Los Angeles e São Francisco, nos Estados Unidos da América. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Marcelo Sgarbossa, Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Cláudio Janta, Rafão Oliveira, Moisés Barboza e Comandante Nádia. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Cassiá Carpes e André Carús. Às quinze horas e vinte e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 012/18 (Processo nº 0205/18), por vinte e um votos SIM e cinco votos NÃO, em votação nominal solicitada por José Freitas, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rafão Oliveira e Sofia Cavedon e Não Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Moisés Barboza, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por André Carús, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em continuidade, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Alvoní Medina e José Freitas, ao Substitutivo nº 01 aposto ao Projeto de Lei do Legislativo nº 047/17 (Processo nº 0582/17), e foi aprovado Requerimento de autoria de José Freitas, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 158/17 (Processo nº 1392/17), por vinte e seis votos SIM, após ser encaminhado à votação por André Carús, Adeli Sell, Moisés Barboza e Reginaldo

Pujol, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Sofia Cavedon. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 050/18 (Processo nº 0557/18), por vinte e um votos SIM, após ser encaminhado à votação por Cassiá Carpes, João Carlos Nedel, Sofia Cavedon e Adeli Sell, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Rafão Oliveira, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Alvoni Medina, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 043/18 (Processo nº 0470/18), por dezoito votos SIM, após ser encaminhado à votação por Felipe Camozzato, Cláudio Janta, Ricardo Gomes, Moisés Barboza, Marcelo Sgarbossa e Comandante Nádia, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Adeli Sell, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Durante a Sessão, Felipe Camozzato manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Dorotéo Fagundes. Às dezesseis horas e quarenta e um minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por José Freitas, a Presidenta declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, José Freitas e Mônica Leal e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas. Agradeço esse espaço em liderança pelo Partido dos Trabalhadores para falar de um tema muito caro e chocante que aconteceu nas últimas 24 horas, deste final de semana. Três pessoas, só na Região Metropolitana, morreram atropeladas: uma mulher, no sábado; e dois homens, um em Taquara e outro em Sapucaia, na estrada que vai para Gravataí. É o momento, então, em que nós vivemos tanta intolerância, de pensar que a intolerância leva à morte. A morte dessas três pessoas que estavam pedalando na Cidade, Ver. Oliboni, é fruto dessa intolerância que, obviamente, também está no trânsito. Boa parte dos motoristas ainda não se deram conta que têm uma arma na mão e

que a estão manuseando em via pública. Um veículo com uma tonelada, andando a 60 km/h é uma arma na mão. O motorista deve ter uma conduta e uma postura de proteção aos pedestres, aos ciclistas, aos outros motoristas, não uma postura agressiva, baseada em uma lógica da pressa, em que a pressa está acima da vida. Eu, agora, ao meio dia, dava uma entrevista para uma rádio, na qual o jornalista André Machado me perguntou o que fazer? Nós, desde 2009, antes de eu ser Vereador, já fazíamos campanhas educativas, quero lembrar aqui o apoio da Corag – está aí o Ver. Prof. Alex, do PSOL –, a importância de uma instituição pública, como a extinta Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – Corag, que patrocinou, através de um edital, o qual ganhamos, através de uma associação, 14 mil adesivos – lembrando o art. 201 do Código de Trânsito –, foram distribuídos na cidade de Porto Alegre, colado na traseira dos automóveis. Isso aconteceu lá em 2010, quase 10 anos atrás. Depois, fizemos isso pelo mandato, agora estou como vice-presidente da Federação Gaúcha de Ciclismo – FGC; depois que houve as conferências da bicicleta no Estado todo, se decidiu que a FGC não deveria ser apenas uma entidade voltada ao esporte, mas também para a cidadania. Também a Federação fez uma pequena parte de adesivos, distribuídos no Estado inteiro, foram incentivados os grupos de ciclistas e lojas a fazerem os seus adesivos, numa ação descentralizada.

Então, eu aqui, estando na tribuna da Câmara Municipal de Porto Alegre, tenho que lembrar que, desde a gestão passada, desde o governo anterior até o atual, sempre foi sugerido, inclusive em reuniões oficiais, que a prefeitura fizesse campanhas educativas, já que não consegue fazer as ciclovias na velocidade que a Cidade mereceria. Uma campanha educativa muito simples, muito prática e quase sem custo é justamente a colagem desse adesivo. É um adesivo já tradicional, um adesivo que lembra a distância mínima que o motorista deve ter ao ultrapassar um ciclista, que é de um metro e meio, art. 201, do Código de Trânsito. Nós sugerimos ao então Secretário Municipal dos Transportes, Cappellari, na gestão passada, ao atual secretário, através de reuniões oficiais, que esses adesivos fossem distribuídos, fossem colados nos táxis; agora, com a entrada dos aplicativos, também nos aplicativos, nos ônibus. O prefeito de Rio Grande fez uma campanha nos ônibus coletivos da cidade, lembrando a distância mínima para ultrapassar um ciclista.

Então, é um momento de muito luto, em especial pela colega ciclista que foi atropelada no sábado. Era uma ativista, uma pessoa que participava organicamente dos grupos de pedal, tinha em torno de 40 anos, descobriu a bicicleta há alguns anos, fazendo da bicicleta uma filosofia de vida, estava se deslocando para o trabalho, quando foi brutalmente morta no sábado pela manhã. Fica aqui o apelo. Faremos uma indicação – as indicações não vêm mais ao plenário – para que a prefeitura finalmente tome uma atitude. E está aqui uma dica muito concreta: um adesivo que tem o custo, talvez, de R\$ 0,20 ou R\$ 0,30, colado nas traseiras dos táxis, dos carros dos aplicativos, dos ônibus da Cidade. Vamos começar por nós, vamos começar por Porto Alegre a proteger quem pedala. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Marcelo. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Ver. José Freitas; colegas vereadoras, vereadores, eu tenho o prazer de falar hoje em nome da bancada de oposição, dos vereadores do PSOL e do PT, para aqui apontar alguns dilemas que nós estamos vivendo em Porto Alegre. Caríssimo Ver. Robaina, V. Exa. tem percorrido as ruas da Cidade; Alex e Oliboni, tenho certeza de que V. Exas. também, e, aonde quer que a gente vá, nós estamos vivenciando a tortura dos buracos da Capital. Há na internet um evento, convocando para o dia 11 de novembro, às 10h da manhã, com largada no Largo Zumbi dos Palmares: Rali da Capital dos Buracos. Olha a que ponto chegamos! Uma proposição da Associação Brasileira de Usuários de Rodovias, uma entidade civil que se preocupa com a questão da violência no trânsito, o estado péssimo das rodovias e das nossas ruas urbanas. Nós temos uma legislação muito clara em nível nacional do que é uma via urbana, uma via rural, uma rua tem que ter um meio-fio, sinalização, *et cetera* e tal. Não bastassem os buracos, a sinalização é uma tortura. Tente, Alex, chegar agora ao Centro da Capital vindo aqui de baixo, da Av. Borges de Medeiros. O senhor observe bem a sinaleira da Av. Borges de Medeiros com a Av. Senador Salgado Filho, Ver. Alvoní Medina, que dias atrás nos proporcionou aqui um grande debate sobre a questão das pessoas com deficiência. Tente, Vereador, chegar agora à Av. Borges com a Av. Senador Salgado Filho e olhar para a sinaleira. A sinaleira dos carros, muitas vezes, se confunde com a sinaleira dos pedestres, além de tudo, há problemas de visibilidade, não tem sinalização de rua, a faixa não existe, há 300 cocurutos. Os ônibus vêm lá, o Pinheiro vem, quando ele arranca, parece que vai virar. Os que descem, também para entrar na Av. Senador Salgado Filho, ali onde era a antiga CRT, é uma confusão total e absoluta. Portanto, esperamos que os ciclistas, com essas tristes notícias dadas aqui pelo meu colega, Ver. Marcelo Sgarbossa, estejam também no dia 11 de novembro, às 10h, no Largo Zumbi dos Palmares, para que nós, juntos, possamos fazer um trabalho de conscientização e, ao mesmo tempo, de denúncia dos buracos da Capital. E nós fomos atrás, Robaina, para estudar o estado do asfalto de Porto Alegre, que é de péssima qualidade. Foi feita uma licitação – a bem da verdade, na gestão passada, vamos ser justos –, com um contrato fatiado, o que não pode. Estamos questionando esse contrato. Não é o processo correto. Consultei um especialista, professor da Pontifícia Universidade Católica e de outras universidades, uma pessoa experiente, oriunda dessa faculdade. Estou convencido de que nós temos graves problemas com a Operação Tapa-Buracos em Porto Alegre, que não resolve os problemas, cai uma chavinha e detona tudo. Na Av. Anita Garibaldi, nº 1.300, em dois lugares, hoje de manhã, jorravam do asfalto, não do meio-fio, detritos e esgoto. Eu disse, eu luto!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, vereadores e vereadoras desta Cidade, público que nos assiste pela TVCâmara. Eu agradeço ao Ver. Roberto Robaina e à Ver.^a Fernanda Melchionna, nossa líder, por poder utilizar o tempo de liderança do nosso partido e subir a esta tribuna para, mais uma vez, tornar públicas as ações que estão acontecendo no Município de Porto Alegre. Não é novidade que a nossa Cidade está tendo um ataque frontal a alguns dos direitos que são mais essenciais, básicos e necessários para a população. Desde o início do governo do Sr. Nelson Marchezan Júnior, no Paço Municipal, nós temos percebido que a diretriz básica deste senhor e da sua equipe de trabalho é atacar a educação da nossa Cidade. Quando a gente pergunta para um cidadão como ele vê perspectivas de melhora da nossa condição de Cidade, Estado e Nação, a maioria das pessoas não tergiversa, mas aponta diretamente que qualificando a educação, tornando as pessoas melhor letradas, aumentando o grau de instrução dos indivíduos, nós podemos avançar como sociedade. Infelizmente não são as diretrizes deste governo. É lamentável que Porto Alegre tenha tido, na semana passada, mais um ataque a essa área tão sensível. Eu, com 18 anos de experiência em sala de aula, posso afirmar categoricamente que nós todos, adultos, educamos as crianças também pelo nosso exemplo. O exemplo que os pais, tios e irmãos mais velhos levam para as crianças é um exemplo que fica para a vida inteira; nós precisamos fortalecer esses laços, reforçar esses exemplos. Um pai e uma mãe que concluem o ensino fundamental indicam para os seus filhos que educação, sim, deve ser tida como prioridade. Porém o Secretário Municipal de Educação, aquele que nada sabe sobre educação, talvez um dos mais ignorantes a respeito desse assunto que já sentou junto à SMED, traz mais uma novidade, Ver. Cláudio Janta: o secretário Adriano Naves de Brito propõe que sejam reduzidas as turmas da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Se as pessoas já não conseguiram concluir os seus estudos durante a idade regular, Ver. Bosco, quando adultos as dificuldades aumentam significativamente. E, atualmente, nós temos as turmas da EJA distribuídas em totalidades; cada totalidade corresponderia a uma série do ensino fundamental. Eis que aquele cidadão que se senta na SMED traz dentro da sua cabeça a redução das totalidades, das seis atuais para apenas duas. Ou seja, todo processo de alfabetização até o ensino fundamental 1 seriam tratados na Totalidade 1. Imaginem as grandes dificuldades de agrupar pessoas que ainda não são alfabetizadas com pessoas que já estão mais avançadas, aprendendo coisas mais complexas – produtos notáveis, Teorema de Tales. Gente, não dá! Inventar a esse ponto é irracional, é uma maldade, é expulsar as pessoas que buscam a EJA para completar os seus estudos, é rechaçar ou relegar a essa população, geralmente muito pobre, o direito da educação. Portanto, estejamos atentos a esse ataque frontal às pessoas mais pobres da nossa Cidade, que, pela intervenção do Sr. Secretário Adriano Naves de Brito, terão seu acesso à educação cada vez mais restrito. A EJA é necessária, precisa prosperar. E essas pessoas precisam do serviço em educação na nossa Cidade. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho a esta tribuna para falar de um projeto de lei que nós estávamos votando na quarta-feira passada. E aí deixamos para hoje ou quarta-feira que vem, que é a Lei Lucas. Em 27 de setembro no ano passado, o menino Lucas, de 10 anos, foi fazer um passeio com a sua turma do colégio, um passeio corriqueiro que os nossos filhos, sobrinhos, netos fazem. O Ver. Moisés tem dois filhos, o Ver. Cecchim teve a graça de ter um neto agora – está babando a criança. E vários aqui têm netos e filhos; o Ver. João Carlos Nedel é bisavô. E o Lucas foi nesse passeio e se afogou, na hora do lanche que foi servido, um cachorro quente, com um pequeno pedaço de salsicha. O Lucas, no procedimento para ser desengasgado, que não conseguiu ser feito, teve morte cerebral e, dois dias depois, veio a falecer. Nós copiamos esse projeto que já existe na cidade de São Paulo, Campinas, Vitória, Belo Horizonte, e em várias cidades brasileiras já, onde é feita, pelos bombeiros, pela Secretaria Municipal de Saúde, pela Cruz Vermelha, por várias instituições que prestam serviços na área da saúde gratuitamente, uma capacitação para professores, para funcionários de escolas, para prestarem socorro às crianças, até a chegada do socorro, dos médicos, das ambulâncias, de pessoas da área médica que possam ajudar. Hoje, no Brasil, nos temos, na idade de 1 a 14 anos, 4,5 mil óbitos de crianças, 4,5 mil crianças morrem no Brasil somente por falta de assistência adequada dentro de escolas, dentro de creches. Temos em torno 120 mil crianças que são hospitalizadas. Então essa é uma lei que vem trazer uma segurança, não só a espera em si, é a segurança de que em qualquer atividade essas crianças, sejam filhos, netos, sobrinhos, esse futuro do nosso País, da nossa Cidade, estarão bem protegidos. O Dr. José Martins Filho, pediatra, titular emérito da pediatria da Unicamp, ex-presidente da Academia Brasileira de Pediatria, afirma que há mães que mesmo perdendo um filho em momento trágico, em algum acidente como engasgo, continua a lutar para tentar minorar seu sofrimento, lutando para que outras mães e pais não sofram a mesma tragédia. O que se pretende com esse projeto é que situações que seriam normais e corriqueiras voltem a ser normais e corriqueiras numa escola, permitindo que a prestação de primeiros socorros aos simples acidentes sejam solucionados ou amenizados por quem esteja perto, por pessoas que recebam a qualificação adequada até a chegada no local de médicos especializados, até a chegada da SAMU, de ambulância, evitando, desta forma, mais perdas de crianças, como as 4,5 mil crianças que morreram em 2017 e cerca de 120 mil crianças hospitalizadas em nosso País. Era isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Rafão Oliveira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAFÃO OLIVEIRA (PTB): Obrigado, Presidente. Quero saudar meus colegas vereadores e vereadoras, os presentes nas galerias e o povo da TV que nos assiste. Mais uma vez subo a esta tribuna para demonstrar a situação da segurança pública que nos foi imposta durante nesses 15 anos da predominância de uma ideologia protetora de bandido. Trago alguns exemplos aqui. Na semana passada, a Brigada Militar atendeu uma ocorrência onde se encontrava em óbito uma criança de um ano de idade com síndrome de Down. Essa criança, ao ser atendida pelo SAMU, após serem retiradas suas fraldas, viram que havia sangue e sinais de violência sexual – essa criança, de um ano de idade, com síndrome de Down, foi morta! Nesta mesma semana, um homem, por ciúmes, achando ainda que a sua honra passa pelas atitudes da sua ex-companheira, que estava grávida, resolveu sequestrá-la, torturá-la, estuprá-la e matá-la com um filho na barriga. Isso com a certeza, é óbvio, de que não vai dar nada. Nesta semana ainda, uma menina de nove anos foi sequestrada em frente a sua casa e hoje, infelizmente, foi encontrada morta às margens do Rio Gravataí, próximo a Alvorada.

Senhores, não é possível, já passamos de todos os limites, estão matando só para ver o furo da bala. Eu peço a gentileza de que nós, vereadores, usemos a nossas bancadas federais para impor uma nova legislação penal e processual, uma revisão até constitucional, que seja para impor a pena perpétua e a pena de morte. E aqui, desculpem, mas quem sequestra uma mulher grávida, por vontade própria, sabendo que estava grávida, e ali a mata por vontade própria, tem que saber que tem alguma coisa mais pesada do que apenas uma prisão num regime semi-aberto. Alguém que, por vontade própria, abusa sexualmente de uma criança com síndrome de Down - ou melhor, um anjo! -, estupra, violenta e mata, tem que saber que haverá alguma coisa mais grave, senhores. Não é possível que alguém concorde com isso; não é possível que seja esse o Brasil pelo qual estamos aqui lutando. Nós temos crianças, são elas que estão pagando, e nós, pecando! Vamos romper esse silêncio, pois é na escola onde os crimes mais violentos estão acontecendo, é na escola que estão sequestrando, Ver.^a Nádia, mentes e corações, doutrinando as nossas crianças, e é a partir daí que nós vamos protegê-las. Senhores, é duro utilizar esta tribuna para pedir um Brasil com prisão perpétua, um Brasil com pena capital, com pena de morte, mas, acima de tudo, é justo e é a minha missão como policial e vereador lutar pela tua segurança e pela tua liberdade. Regime fechado para ele, não para nós, trabalhadores; não para nós, que temos família; não para nós, que geramos emprego, desenvolvimento e cultura para este País. Que assim seja, muito obrigado a todos. Pátria acima de tudo; Deus acima de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde Presidente, colegas e público que nos acompanha na tarde de hoje. Em primeiro lugar, eu trago um

assunto a esta tribuna: para quem não teve conhecimento, a gente tem defendido a inovação tecnológica como uma das soluções para problemas nas áreas de segurança, nas áreas de educação, nas áreas de saúde. Então eu quero dividir com os colegas aqui essa notícia que nós, atentamente, estamos coletando sobre soluções apresentadas por *startups*. A gente traz aqui, para conhecimento, o que a *startup* Icon apresentou, infelizmente, ainda fora do Brasil, mas a gente espera, o mais rápido possível, ver essas iniciativas aqui. Em Nova Iorque, já existe esse projeto de habitação, Ver. Paulo Brum, de casas feitas em impressora 3D em um dia. Para se ter, na realidade, noção da diferença que a gente tem em custos de construção e na simplificação tecnológica para suprir as deficiências que a gente vê no Brasil inteiro é muito importante... Então eu trago para as senhoras e para os senhores aqui como uma pauta a ser estudada essa inovação tecnológica apresentada pelas *startups* para soluções públicas. Queremos, sim, que Porto Alegre seja pólo de inovação pública; queremos, sim, que Porto Alegre – por que não? – possa ser considerada, num futuro breve, uma *smart city*.

Também gostaria de falar sobre os assuntos que foram trazidos a esta tribuna anteriormente à nossa fala, lamentando muito – muito mesmo! – o acidente com a ciclista Débora. A Débora Saliba era uma amiga e companheira, conhecida das atividades públicas desempenhadas. A violência da cena... Realmente, eu agradeço ao Ver. Marcelo, que tinha a cena do acidente aqui, por não passar o vídeo, porque é de muita violência. Quero dizer ao Ver. Marcelo que a gente saúda as suas iniciativas sob o ponto de vista de proteção ao ciclista. Esta Casa não pode estar desatenta a esse tipo de violência. Já que o tema de violência foi expandido pelo nosso colega que defende brilhantemente a pauta, o Ver. Rafão, eu vou dizer uma coisa: ninguém aqui defende o fim dos direitos humanos, mas está na hora de a gente ter direitos humanos para humanos direitos. Ver. Rafão, eu estou contigo e não abro. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Obrigada, Presidente, que conduz os trabalhos na tarde de hoje. Eu quero cumprimentar os colegas vereadores, as pessoas que estão nos acompanhando aqui na Câmara, os telespectadores da TVCâmara, quero agradecer à minha Bancada neste momento em liderança; tenho certeza de que serei a voz também dos meus colegas vereadores Idenir Cecchim, André Carús, Mendes Ribeiro e Valter Nagelstein, e me alio ao meu colega de segurança pública, Ver. Rafão. Na tua fala, eu fui contemplada, Rafão, porque temos, efetivamente, uma horda de criminosos avançando, não só sobre a cidade de Porto Alegre, mas também no Rio Grande do Sul e no nosso País. A criminalidade nunca esteve tão alta, bem como os índices péssimos de saúde, educação, taxa de desemprego, que tudo acaba efetivamente aumentando a criminalidade. Alguns pontos nós temos que levantar, temos que aferir alguns pontos que fazem com que a criminalidade aumente.

Um deles é o Estatuto do Desarmamento, que deixa os criminosos tranquilos, que têm a certeza que ao entrar em um estabelecimento, ao entrar em uma casa noturna, em um bar, em um salão de beleza, eles têm a certeza de que ali ninguém está armado, porque fizeram o favor de desarmar as pessoas de bem, só que esqueceram de dizer para os criminosos, Alvonis, que aqui no Brasil não pode andar armado. Esse Estatuto do Desarmamento veio como uma ferramenta de opressão que beneficiou os criminosos, deixou, cada vez mais, o cidadão de bem, trabalhador, que paga seus impostos nas mãos daqueles que desejam cometer o crime. Hoje o sistema de justiça privilegia o criminoso e não a vítima. Estamos vivendo momentos nefastos, Ver. Nedel, com esse Estatuto do Desarmamento, inclusive as TVs, por vezes, querem induzir às pessoas ao dizerem que o armamento é ruim; desarmamentistas dizem que o instrumento arma mata. Vou dizer para vocês: quem mata são as pessoas de má índole, quem mata são as pessoas que desejam fazer os crimes, cometer seus crimes, quem deseja matar mata com arma, mata com pedra, mata com chave de fenda, com espeto de churrasco e com as próprias mãos. Tenho observado, aos 28 anos de vida pública, na segurança pública, como Coronel da Brigada Militar, que os crimes têm se tornado cada vez mais hediondos: são mães que buscam seus filhos nas portas das escolas e acabam sendo mortas na frente de crianças. Para o criminoso, aí vai a segunda ferramenta que auxilia os criminosos: a nossa legislação de execução penal, a nossa lei de processo penal que privilegia que o criminoso que mata uma pessoa pode ter a sua pena extirpada em um sexto. Pensem os senhores, uma pessoa tirar a vida de alguém e ser punido com 30 anos de reclusão em regime fechado, não vai cumprir 30 anos, pelo um sexto da pena, ele vai cumprir, no máximo, cinco, e ainda com o Brasil com uma legislação que privilegia o regime de progressão da pena, em um ano e meio, dois anos, ele está no regime semiaberto. Há três semanas, nós vimos o Papagaio ser preso novamente pela Polícia Militar. Ele estava no regime semiaberto com armamento com calibre .50 que derruba aviões. Não é possível mais que nós não vejamos a realidade, não é possível mais que nós ainda escutemos pessoas que querem dizer que, para combater a criminalidade, temos que ter flores na mão. Para combater a criminalidade, temos que ter polícia forte, polícia autônoma, precisamos valorizar os nossos policiais e precisamos de uma legislação que não premie o criminoso. A pena da vítima não pode ser maior do que a pena do criminoso. A pena de uma mãe que vê o filho morrer na parada de ônibus, pena que vai ser perpétua para ela, não pode ser maior do que a do criminoso que matou seu filho.

Aqui eu faço menção também à menina Eduarda Herrera de Mello, de nove anos, que foi morta brutalmente: um anjo, uma inocente. Eu quero ver quanto esse criminoso vai pagar pelo seu crime na prisão, que ele lá mofe. Vida longa às polícias militar e civil, e sorte para os brasileiros. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigada, Ver.^a Comandante Nádia.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; quero aproveitar estes 15 minutos para fazer um resumo, uma análise, até uma reflexão sobre vários temas da vida brasileira. Em primeiro lugar, quero homenagear e parabenizar os cinco concorrentes desta Casa que se elegeram para a Assembleia e para a Câmara Federal. Que tenham um bom proveito, que usem a coerência como determinação de um bom mandato, que sejam inflexíveis, não se dobrem ao toma lá dá cá, que possam ser bons parlamentares.

Quero falar sobre a renovação da eleição no 1º turno. A Câmara Federal teve 52,54% de renovação. Por falar em Câmara Federal, é ela que determina o tempo para os partidos políticos no rádio e na televisão, o Fundo Partidário. É a Constituição dos 513 deputados. A Câmara Federal também tem a capacidade e a prerrogativa de, numa eventual falta do Presidente e do Vice-Presidente da República, que assuma o seu presidente, embora muitos pensem que deva ser o presidente do Senado. Não, é o presidente da Câmara Federal. Portanto, essa é a importância da Câmara Federal, das nossas bancadas do Rio Grande do Sul e da renovação que houve. As mulheres passaram de 51 para 77, uma renovação de 51% – que beleza! –, e são de todos os partidos. Inclusive, houve esse furacão do PSL nessa eleição, a mulher mais votada do Brasil, que é de São Paulo. Todos os partidos tiveram grandes representações, valorizando a mulher nas suas várias correntes políticas. A cláusula de barreira, que muitos não sabem, já tirou de vez o Fundo Partidário – quando falo tirou, é muito forte –, mas como um partido vai ficar sem Fundo Partidário, sem horário na televisão, sem horário no rádio? Automaticamente, esses 14 serão banidos ou terão que fazer futuramente fusões. Se tiverem mais de cinco anos de construção, quem sabe façam alguma fusão. Mas o que chama a atenção nessa cláusula de barreira – serve aqui para dois vereadores – é que esses partidos que não atingiram essa cláusula, que estabelecia, no mínimo, nove deputados em nove estados diferentes, ou 1,5% em todo o País, esses vereadores podem trocar de partido e não perderão o mandato. Portanto, o partido é penalizado, porque não teve capacidade de arregimentar forças, fazer um partido forte e não ficar só no toma lá dá cá, pendurado num grande partido. Essa foi a grande novidade do 1º turno; conseqüentemente, isso foi bom. Lembro-me da outra cláusula de barreira, há algumas eleições, que previa 5% e depois o Supremo não acolheu, quando muitos partidos iriam, já naquela oportunidade, perder o seu *status* de partido, porque não tinham atingido 5% do eleitorado brasileiro. Então, vejo essas mudanças como muito salutares. Na próxima eleição, daqui quatro anos, passará de 1,5 para 2%, ou seja, vai apertar mais essas cláusulas de barreira. A renovação também se deu muito em cima não só nesse furacão que passou aí, mas também pela Lava Jato. A Lava Jato foi importantíssima para dar uma renovada, e a população correspondeu à expectativa, porque tirou dezenas de políticos, maus políticos, de todos os partidos, no Brasil afora. Do meu partido, do de vocês, daqueles que estão nos ouvindo, tirou, porque não

correspondiam à expectativa da população brasileira. Portanto, o efeito Lava Jato trouxe uma nova dinâmica para a política brasileira. Eu tenho certeza, se esse acontecimento da Lava Jato fosse no Rio de Janeiro, em São Paulo ou em Brasília, Ver. Paulo Brum, não teria acontecido, ainda bem que foi em Curitiba, e foi uma mulher, na Polícia Federal, ao averiguar outros aspectos, encontrou – por isso o nome Lava Jato – uma lava jato de carros em Curitiba. Mas a renovação da política brasileira não deve ser apenas por nomes ou por idades, tem que ser por conceitos, conceito de uma nova política, porque o Brasil não quer mais essa velha política. Gente que vai para Brasília com a responsabilidade de mudar o Brasil, não se entregar para os grandes partidos. Quero aqui salientar um aspecto muito importante: Brasília, se não me engano, é a única Casa Parlamentar na qual o líder vota pelos seus companheiros. “Fica aí no Nordeste, não precisa vir; fica no teu estado que eu já acertei aqui e sou eu que vou votar por toda a bancada”. Tem esse voto de liderança, impressionante, casuístico, na Câmara Federal, que tira a liberdade de ação do parlamentar, seja ele daquele ou de outro estado, daquela ou de outra região. Portanto, a minha esperança é que esses parlamentares que forem para lá, com a dita renovação, tenham postura e coerência de que estão enfrentando uma nova realidade. A população mostrou nas urnas que quer um País diferente, quer uma política diferente, quer uma política para melhorar a saúde, a segurança, a educação, o transporte, uma política transparente. É essa a expectativa do povo brasileiro. O povo se manifestou maciçamente no 1º turno e não aceita mais esse tipo de política onde muda o Presidente, mas não muda a origem dos fatos. Esse sistema está falido, esse sistema não dá mais resultado ao País, em que funcionários que se encontram em repartições públicas federais, também nos municípios e nos estados, não vamos esconder, estão há anos, embora mudem partidos, embora mudem governos... Hoje eu protejo o teu para amanhã tu proteger o meu. Ou por que vocês acham que a esquerda está apavorada no Brasil, ou vocês acham que o Temer, ao entrar no governo, tirou todos do PT, da esquerda, de vários partidos, do meu partido; vocês acham que tirou? Não tirou não, estão até hoje mamando nas tetas de qualquer governo. E eu espero que o novo governo tire. Aqui no Estado temos o Trensurb, o Grupo Hospitalar Conceição, que são os maiores nichos dessas pessoas que se locupletam com poderes de políticos e não trocam essa mamata, essa teta há muito tempo, inclusive no Grupo Hospitalar Conceição já tivemos, vereadores, muita briga de partidos; até o PCdoB esteve lá, comandando, com uma ex-Vereadora desta Casa. O meu partido está comandando agora; vários partidos passaram por lá! O que espero é que esse voto seja verdadeiro de todos nós para mudar essa política do toma lá dá cá. Essa política está vencida; esse sistema se esgotou. Lavagem cerebral em universidades, em escolas, foi isso que levou nosso País a esse momento. Saúde da família, gente que fazia concurso ou não, vêm os governos e dizem: “vai lá que você vai fazer campanha para nós”, não é para o cidadão, não é para o País. Faziam lavagem cerebral nas pessoas, de casa em casa, para votar neste ou naquele partido. Isso tem que acabar. Repartições públicas estatais, onde tem gente que jamais trabalhou em outro setor a não ser em repartições públicas. Isso tem que acabar. É o que a população respondeu nas urnas. Nós queremos mudança. A sociedade e a família se manifestaram para mudar esse estado de coisa que está aí. A segurança não prende, para

onde vão recursos e recursos? Para prender o cidadão só matando, e olhe lá! O estelionatário não vai preso neste País! O candidato da esquerda diz no seu plano de governo: quem não cometer crime grave, como estelionato, como a operação Lava Jato, político que rouba, não irá preso; só irá preso quem assassina alguém, um crime brutal. São essas coisas que a sociedade não admite mais: lugar de ladrão é na cadeia, quem tem que ficar na rua é o cidadão – está invertido! O novo governo tem que mostrar para os direitos humanos que direitos humanos é uma coisa, criminalidade é outra. E vou lembrar, Ver. Rafão – que está chegando nesta Casa e é muito bem-vindo – que, aqui nesta Casa, o único voto contra segurança e direitos humanos... Eu fiz um projeto criando a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança do Município, foi um erro, porque direitos humanos é uma coisa e segurança é outra. Quero reconhecer esse erro, depois, o Prefeito Fortunati separou. Direitos humanos é uma coisa e segurança é outra, porque tem uns que pensam que direito humano é tirar a arma do brigadiano, é tirar a arma do militar, que ele possa enfrentar bandido na rua desarmado, essa teoria é a tese deles. Em todos esses anos, a classe média, o povo brasileiro ficou aguentando no osso do peito e se manifestou fortemente nestas eleições, saiu de casa, saiu do seu cantinho confortável e foi para rua se manifestar para tirar essa cambada de ladrão da vida brasileira. Olha que eu já participei de várias eleições, eu não sou mais criança, eu estava nas diretas, mas nas diretas para ter direitos e deveres. Lá eu me manifestei, quando eu era atleta profissional, quando ninguém queria se envolver em política – ninguém –, como presidente do sindicato, apenas eu fui ler o manifesto a favor da democracia nas eleições diretas. Não estou arrependido porque eu entendo que a democracia é o melhor regime. Mas não foi por essa democracia para a qual lutei. Eu lutei por uma democracia em que a escola fosse valorizada, em que a segurança fosse perfeita, não patrocinando bandidos, aproveitadores; uma democracia em que nós tivéssemos uma melhor saúde, melhor educação... Não temos que só olhar para trás, temos que olhar para frente, mas também temos que tirar lições do passado. Tem gente que confunde democracia com ditadura de esquerda. Nenhuma me serve, nem de esquerda, nem de direita! Eu sou pela democracia, por isso nós estamos, através do voto, elegendo parlamentares, Executivo municipal, estadual e federal, e, dia 28, tenho certeza, vamos escolher um Presidente que mude essas coisas, que enfrente essa realidade, mas que não cometa o mesmo erro que os outros cometeram, no toma lá da cá. Essa é a esperança do povo brasileiro. Para terminar, eu quero dizer que a imprensa não faz mais a cabeça de ninguém. Alguns setores da imprensa acharam que iriam escolher Presidente, parlamentar, deputados estaduais e federais, senadores, prefeitos. Não escolhe mais, a população sabe analisar o que é verdade. Opinião todo mundo pode dar, mas não vai querer condicionar a população brasileira! As redes sociais surpreenderam muitos que comandavam, no dia a dia, a população brasileira. Opinião é uma coisa, condicionamento é outra. A população se manifestou pela democracia, no voto! E, dia 28, ganha aquele que for melhor, aquele que tentar mudar a vida brasileira para melhor, com melhor saúde, segurança, transporte, escola! Hoje a esquerda perturbou, liquidou com a esperança da sociedade brasileira! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. Registro a presença do nosso cantor nativista, Dorotéo Fagundes. Seja bem-vindo a esta Casa.

O Ver. André Carús está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, Ver. José Freitas; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste das galerias e os telespectadores da TVCâmara; eu quero fazer aqui um resumo de assuntos da Cidade que são bastante atuais, e que o período de Grande Expediente nos permite abordar com uma certa tranquilidade pelo tempo, e, ao mesmo tempo, nos permite fazer com que o Poder Executivo, em algumas situações, esclareça melhor alguns fatos. O primeiro deles é em relação ao Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, o Parque da Harmonia, que há anos abriga talvez hoje o maior exemplo turístico da nossa Cidade, um evento que reúne mais de um milhão de pessoas, mobiliza piquetes, visitantes, não só da própria Cidade, mas do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil inteiro. E nós todos queremos que os parques públicos, de alguma forma, sejam modernizados, sejam revitalizados e tenham a sua qualificação no seu devido tempo. Hoje, tivemos publicado pelo jornal Zero Hora, na coluna Perimetral, assinada pelo jornalista Paulo Germano, algumas diretrizes que o governo municipal já definiu, acredito eu, dentro do gabinete, através da sua Secretaria de Parcerias Estratégicas; até quero aqui fazer uma ressalva: nós votamos favoravelmente à ampliação de percentual de comprometimento da receita líquida do Município para que se firmassem parcerias público-privadas na Cidade, porque nós entendemos que o orçamento público tem o cobertor público e só os recursos públicos não darão conta dessa demanda enorme que nós temos de promover para uma Cidade com qualidade de vida. Mas eu quero que o secretário Bruno Vanuzzi nos responda – e aí peço que a liderança de governo, vou formalizar isso por pedido de informações – como é que vão ser atendidas as diretrizes para a modificação do Parque da Harmonia, porque ele é um parque que abriga um exemplo turístico tradicional, mas é um parque público. Nós não podemos simplesmente entregá-lo para o ente privado, que dele vai tomar conta, explorá-lo comercialmente e fazer do jeito que bem entender. Eu entendo que, assim como foram em outros processos da Cidade, no mínimo, através da prefeitura, deva ser aberto um Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI. Sei que já existe, foi celebrado pela prefeitura um convênio com o Instituto Semeia, que, se não me engano, não possui sede aqui em Porto Alegre, para analisar isso, não só em relação ao Parque da Harmonia, mas também com relação aos outros parques da Cidade. Então, quero aqui deixar esse questionamento que julgo importante. Temos um projeto tramitando nesta Casa que, de certa forma, já foi dialogado com a Secretaria Municipal da Cultura, sobre alterações na gestão do Acampamento Farroupilha, para que ela se torne mais transparente, aberta e que possa atrair mais ganhos neste evento que, hoje, é o maior evento turístico em Porto Alegre.

Também quero fazer uma manifestação aqui conciliando os temas da saúde e da segurança naquilo que compete ao Município, Ver. Rafão, e cumprimento-o pela sua manifestação de absoluto repúdio, assim como fez a nossa colega Comandante

Nádia, a essa barbárie inexplicável que ocorreu com a menina, com esse desfecho muito triste para a família da menina e para todos nós, cidadãos, que queremos conviver numa sociedade com paz, tranquilidade, pois somos do bem.

Hoje está noticiado que mais um posto de saúde, o da Vila Vargas, no bairro Coronel Aparício Borges, na Zona Leste de Porto Alegre, foi fechado por falta de segurança. Não foram poucas as vezes, Ver. Oliboni, que nós estivemos, desde o ano passado, quando presidi a COSMAM, e já neste ano também, em outras unidades de saúde, em outros locais de atendimento de saúde do Município, em que problemas como esses ocorreram. Inclusive profissionais, enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos têm se recusado a trabalhar em determinados postos de saúde em Porto Alegre por esse mesmo problema: falta de segurança. E quando falta isso, na frente de um posto de saúde ou de uma escola municipal, é porque está faltando gestão, está faltando integração também do Município com o Estado na promoção dessa segurança. E aí retorno aqui, pois já estamos na iminência de discutir a lei orçamentária para o ano que vem. Uma emenda que nós aprovamos aqui foi vetada; derrubamos o veto, garantimos que o recurso ficasse gravado no orçamento, que servia para chamar 100 novos Guardas Municipais de 294 que foram aprovados no último concurso realizado pela prefeitura, mas essa emenda não foi cumprida. Resta-nos reapresentar uma emenda na mesma direção e, se possível, com recurso maior, porque é necessário que, se não tem efetivo suficiente, organize-se melhor o papel da Guarda em frente a esses postos de saúde, principalmente em áreas que são consideradas conflagradas em Porto Alegre. Essa informação, sem dúvida alguma, tanto a Brigada Militar como a Polícia Civil poderão fornecer. Eu não tenho dúvida de que servirão para que a prefeitura organize melhor isso.

E, por fim, quero fazer uma última cobrança, porque nós temos um prazo legal por vencer que diz respeito à revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Pela lei federal, pelo Estatuto das Cidades, de dez em dez anos, os planos diretores devem ser revisados. No ano passado, também promovido pela COSMAM, tratamos desse assunto, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente compareceu na discussão, apresentou diversos eslaides com as diretrizes que pretendia adotar para, enfim, lançar mão da discussão sobre o Plano Diretor, mas, de fato, nada veio para a Câmara ainda. E não pode o Poder Legislativo, de ofício, definir que vai iniciar a revisão do Plano Diretor porque cabe ao Poder Executivo enviar para cá esse projeto. E nós temos muitas regras de ordem ambiental e de ordem urbanística que precisam ser modificadas, que precisam ser atualizadas, porque não é mais possível conviver com vazios urbanos ou com desrespeito a áreas de preservação sem que o Plano Diretor faça a correta previsão disso. Cidade com qualidade de vida e cidade para as pessoas, que nós vemos enfeitar muito discurso político por aí, é feita com um plano diretor que considere a sustentabilidade, não só econômica e social, mas, sobretudo, ambiental: os três vetores fundamentais que nós entendemos devam balizar a discussão do Plano Diretor em Porto Alegre. Então, fica aqui este questionamento. Nós temos até o final desta legislatura para fazer a revisão desse processo, mas em dois anos, pela complexidade, pela importância do tema, nós não vamos conseguir talvez concluir toda essa revisão; até

porque devem ser criadas comissões de sistematização, comissões técnicas específicas, deve-se abrir a discussão para a sociedade civil organizada. E muito se fala em incremento da receita municipal, em aumento da arrecadação, muitos desses dispositivos podem ser garantidos também a partir da revisão do Plano Diretor. Não é apenas taxando o bolso do cidadão, aumentando impostos, revisando plantas de valores que nós vamos melhorar as condições da receita municipal, mas alterando também regras urbanísticas de ocupação urbana. Eu não tenho a menor dúvida de que vamos, cada vez mais, compartilhar responsabilidades pela saúde financeira da Cidade e, por consequência, uma Cidade sadia do ponto de vista financeiro, vamos conseguir fazer com que os investimentos sejam destinados àquelas áreas que mais precisam. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB) – às 15h28min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

PROC. Nº 0205/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 012/18, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que obriga as escolas, as creches e os berçários públicos e privados do Município de Porto Alegre a ofertarem curso de capacitação em primeiros socorros para, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus servidores ou funcionários – Lei Lucas.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Dr. Thiago: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 11-06-18;
- votação Nula por falta de quórum em 17-10-18.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLL nº 012/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos,

imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 158/17. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. André Carús. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. José Freitas e do Ver. Alvoní Medina, ao Substitutivo nº 01 ao PLL nº 047/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao Substitutivo nº 01 ao PLL nº 047/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1392/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 158/17, de autoria do Ver. André Carús, que obriga a divulgação dos serviços e dos profissionais especializados disponíveis para atendimento nas unidades de saúde da rede de atenção básica do Município de Porto Alegre.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto (empatado);
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Dr. Goulart: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. João Bosco Vaz: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 11-07-18.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em discussão o PLL nº 158/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 158/17.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, de maneira muito rápida, quero pedir o apoio de todos, porque esse é um projeto que, inclusive, nós tivemos a sensibilidade, por parte do governo municipal, de compreender que é uma medida necessária para que o cidadão que é usuário dos serviços do SUS, dos serviços da saúde pública, tenha o acesso à

informação, seja ela prestada pelos meios eletrônicos que a prefeitura dispõe, os canais de serviços ao cidadão, ou também pela disponibilidade, quando o cidadão chega, muitas vezes, numa unidade de saúde e fica por horas numa fila, para receber a informação de que o médico não está atendendo naquele dia ou que um determinado serviço não está sendo prestado. Não é um projeto que cria qualquer despesa. A prefeitura apenas vai utilizar os meios que já possui para poder informar de maneira mais qualificada o cidadão que é usuário da rede básica, dos prontos atendimentos, quais serviços e quais profissionais estão atendendo naquele dia. Então, peço o apoio de todos, tenho certeza de que é uma lei singela, mas que virá, inclusive, para reduzir o tempo de espera das pessoas nas filas e que virá, também, para qualificar a transparência do processo de qualificação de serviços públicos na cidade de Porto Alegre, principalmente numa área tão importante como a saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 158/17.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caro Ver. Freitas, também de forma clara, concisa e expedita, a bancada do Partido dos Trabalhadores se soma à proposição do Ver. André Carús, porque acho que a informação é fundamental. Eu tenho debatido aqui, muitas vezes, sobre o *site* da prefeitura. Se for cobrar para valer a Lei de Acesso à Informação, nós teremos problemas, Mauro Pinheiro. Ele tem que ser remodelado, readaptado à Lei de Acesso à Informação. Quero passar isso para V. Exa. e, de forma especial, para o Ver. Moisés Barboza; acho que os senhores deveriam discutir, pautar isso no governo, porque tem muitos problemas nos vários *sites* dos órgãos da prefeitura municipal, onde não fica claro o acesso à informação, segundo a própria legislação em vigor. Não queremos fazer disso aqui um cavalo de batalha, mas isso que o Ver. André Carús propõe é extremamente importante para a informação, para as pessoas acessarem a saúde. Saúde é um dever do Estado e um direito do cidadão. Eu falei pela bancada do Partido dos Trabalhadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 158/17.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde Presidente, colegas e todos que nos acompanham; eu subo à tribuna apenas para formalizar que a medida em questão, apresentada e aprovada... A gente recebe isso aqui, Ver. André Carús. Só para deixar claro, a gente recebeu e, inclusive, conversou com os técnicos da saúde. O secretário Erno – como sempre, muito atento, presente, assim como o Pablo – deixou muito claro que a legislação disporá o que cada unidade de saúde deverá

informar aos seus usuários e com quais instrumentos, padronizando a publicidade dos serviços disponibilizados, permitindo aos usuários maior conhecimento do que cada unidade de saúde oferece. Então, obviamente, com o crivo técnico da Secretaria de Saúde, nós votaremos favoravelmente à proposta apresentada pelo Ver. André Carús. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Moisés. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 158/17.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero, lisamente, confessar uma dificuldade pessoal minha. Toda vez que eu vejo inserida nos projetos de lei a expressão “obriga”, eu fico a perquirir sobre a correção dessa terminologia. Tanto isso é verdade que vários Vereadores, alertados em particular, estão substituindo esse termo por expressões semelhantes, como “determina”, “propõe”, alguma coisa desse gênero. A matéria foi examinada por Comissões da Casa; mereceu aprovação da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul; restou empatada na Comissão de Constituição e Justiça. O parecer do Ver. Thiago pela existência de óbice foi acompanhado pelo Ver. Mendes Ribeiro e pelo Ver. Luciano Marcantônio e teve a contrariedade do Ver. Janta, do Ver. Márcio Bins Ely, que aprovou com restrições, e do Ver. Adeli Sell, que foi literalmente contra. Há uma discussão justificada em termos de que essa matéria estaria entre aquelas que se opõem a determinações da Lei Orgânica do Município, quanto à capacidade do Vereador ter a iniciativa de legislar sobre matéria semelhante.

De outro lado, Sr. Presidente, nós verificamos que o mérito da proposição é positivo, e é aí que a minha dúvida surge, a postura técnico-jurídica e a postura que diz respeito ao mérito e à materialidade da proposição. Não sou de me omitir, votar num sentido, ou noutro, é uma imposição à que me vejo submetido no presente momento, que é óbvio que a gente está navegando numa matéria que já merecia ter recebido uma correção mais específica por parte do Regimento da Casa, com a introdução de um projeto de lei indicativo, propositivo e que permitisse que ideias positivas como esta sejam propostas sem que haja nenhum arranhão com a legislação municipal e com o próprio Regimento da Casa.

Diante de tamanho imbróglio, Sr. Presidente, e entendendo que o mérito é extremamente relevante, eu deixo de lado a minha cultura técnico-jurídica e me posiciono favorável à proposta do Ver. Carús, com essa ressalva, que voto protestando contra a expressão “obriga”, que eu acho que é completamente inadequada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Solicito que a Ver.^a Mônica Leal assuma a presidência dos trabalhos.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLL nº 158/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 050/18 – (Proc. nº 0557/18 – Ver. João Carlos Nedel) – requer a constituição da Frente Parlamentar para Implantação do Parlamentarismo – Frenparlamentarismo.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em votação o Requerimento nº 050/18. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar a Ver.^a Mônica leal, Vice-Presidente desta Casa, comandando os trabalhos. O Ver. João Carlos Nedel propõe uma discussão de uma frente parlamentar para analisar o parlamentarismo no Brasil. Ver. Nedel, a sua iniciativa é muito bem-vinda, embora nós saibamos que não é competência desta Casa, que é o legislativo municipal, mas a discussão é muito bem-vinda. O meu objetivo de vir a esta tribuna é corroborar com o seu pedido e informar que a única vez em que nós tivemos o parlamentarismo, o nosso primeiro-ministro foi o Tancredo Neves. Em 1961, houve a renúncia de Jânio Quadros. Em 1963, o Presidente João Goulart foi destituído, ele estava na China; mais tarde, quando ele estava aqui no Uruguai, do nosso lado, houve uma determinação de que ele não poderia entrar no Brasil, e se achou uma alternativa, naquele momento, para instalar o parlamentarismo, e quem assumiu como primeiro-ministro foi Tancredo Neves, que era um conciliador, tinha bom acesso, Ver. João Bosco Vaz, em várias correntes da política brasileira, no campo ideológico, portanto era um harmonizador. Depois, tivemos o plebiscito, também em 1963, com o Jango já dentro do País, num regime de parlamentarismo e com o Tancredo Neves de Ministro, e o povo pôde escolher entre o parlamentarismo e o presidencialismo. A população, naquela oportunidade, maciçamente, estabeleceu que queria novamente o presidencialismo.

Portanto, essa discussão é muito bem-vinda porque ela já acontece desde aquela época, e quero aqui dar a minha opinião – eu sou um homem de opinião, gosto de dar opinião, embora erre muitas vezes e acerte em outras, mas é preferível dar opinião –, eu sempre fui favorável ao presidencialismo, mas o Ver. Nedel traz a

proposta de debate. Eu acredito até que nós possamos nos envolver nesse debate com grandes juristas para mostrar como é que vai funcionar o parlamentarismo, até porque esse sistema que está aí está falido, e automaticamente terá que se saber fazer uma boa reestruturação, já que, se tiver esse mesmo sistema, pobre do primeiro-ministro, vai cair a todo o momento, nós não temos estrutura, não temos estabilidade, a corrupção é solta, conseqüentemente, nós não teríamos condições de implantar, nesse regime, o parlamentarismo.

Portanto, o debate é muito bem-vindo para a sociedade entender e para que nós possamos também visualizar uma possibilidade de parlamentarismo, coisa que não se divulga muito, não tem o objetivo como se escolheriam os parlamentares. Sabemos que, quando não se tem maioria num determinado partido que escolhe o ministro, ele pode fazer coligação e estabelecer a maioria no parlamento, conseqüentemente, a escolha do primeiro-ministro. Então, são detalhes importantes que farão, Ver. João Carlos Nedel, esse debate. Não é prerrogativa do Município, mas é muito salutar debater uma questão no Município e depois no Estado, na União e chegarmos a um denominador para, quem sabe, no futuro, analisar no Congresso Nacional uma reforma política, trazendo à tona, ao debate o regime do parlamentarismo. Obrigado, Ver. Nedel, que me deu a possibilidade de corroborar; obrigado, Presidente Mônica Leal, pela oportunidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 050/18, pelo governo.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Ilustre Presidente Mônica Leal, vereadores e vereadoras, este é um projeto de resolução que visa a implantar uma frente parlamentar para discutir, divulgar o parlamentarismo – o sistema de governo do parlamentarismo. Houve um pequeno equívoco, eu disse que a frente parlamentar quer implantar o parlamentarismo; não, a frente parlamentar não tem esse poder, nós queremos divulgar sobre as vantagens do parlamentarismo. Então, solicito que a Câmara aprove mais uma frente parlamentar que pretende, sim, discutir com os vereadores esse sistema de governo parlamentar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 050/18, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Eu quero aproveitar o ensejo da proposição do Ver. Nedel para fazer um pouco do debate que o Ver. Cassiá Carpes começou a fazer aqui no seu Grande Expediente e do debate que nós estamos vivendo neste momento na eleição. É muito difícil fugir, eu acho que a última eleição

presidencial também se pautou um pouco por essa polarização e, muitas vezes, uma polarização superficial, de maniqueísmo do bem e do mal, e perde-se uma oportunidade de aprofundar um dos temas, que é o papel dos parlamentos, e a renovação ou não, a votação sobre os parlamentos e o seu papel na relação com o Executivo. Nós viemos aqui fazer um debate forte em relação ao nosso Executivo, pelo seu perfil, o perfil Marchezan. Eu me orgulho desta Câmara e quero dizer para os senhores e as senhoras que venho me despedindo da Câmara, mas me orgulho demais dos debates, dos processos que fizemos todos esses anos neste Parlamento, que não se furtou de todos os momentos limites que a Cidade viveu, dos embates que a Cidade viveu. Ver.^a Mônica, diferente do Executivo, acolhemos todos os dilemas, as crises, sentamos como lideranças dos vários partidos, recebemos os movimentos sociais, as comissões. Realmente, esta Casa é permeável para a vida da Cidade, recebe a pauta da Cidade, pode não tomar as melhores decisões, mas não se furta aos debates, tem sido eco, receptora dos debates, tem substituído o Executivo em muitos momentos, Ver. Nedel – quero dizer isso claramente –, como na ausência e muitas vezes na negligência do Prefeito Municipal em relação a problemas graves, como uma greve de 40 dias. Quando nós fizemos o debate aqui sobre o caráter de urgência pedido pelo Executivo, lembro muito de fazermos o debate se este Parlamento se submeteria às urgências do Executivo. Lamentavelmente, ele considerou que o Executivo podia e que estava acima do Legislativo, estabeleceu o ritmo o ano todo e ainda teve o desprazer de chegar agora e dizer que éramos improdutivos. Espero que os vereadores que defenderam a pauta do Executivo como uma primazia e um respaldo constitucional que ele tinha reflitam sobre isso.

Acho, Ver. Nedel, não defendo ainda o parlamentarismo porque não estou convencida disso, que o presidencialismo, acima do parlamento, neste País, é equivocado, é ruim para o País, muitas vezes. Acho que nós, na pluralidade dos parlamentos, temos mais condições de fazer uma mediação, uma escuta da sociedade e encaminhar uma solução não pensada antes. Os Executivos vêm montados numa arrogância de que têm o fim, a saída, pensaram nos gabinetes, nas consultorias, mas não é assim. Acho que o povo brasileiro vai urdir as soluções para a sua vida, desde a violência à falta de políticas públicas, só no quente, na participação direta, na atenção sobre o Executivo para ele se recriar, se reinventar e modificar as políticas públicas. As políticas públicas só se modificam quando a premência da população chega com força no técnico e no político.

Eu acredito muito nisso, porque a capacidade técnica de um engenheiro, de um professor, de um médico, só vai suplantar o que já está conhecido, estabelecido a partir da urgência, da premência, da efervescência democrática.

Então, eu acredito, sim, que o parlamento cumpre uma função importante quando viabiliza isso. Isso faz com que nós reinventemos as políticas públicas, elas não são suficientes hoje para responder as demandas populares. Então, fugindo do maniqueísmo, fugindo das caracterizações que aniquilam o outro, o parlamento é o melhor lugar para encontrar uma saída. Nunca aceitemos que a fala do diferente de nós

não possa ser ouvida, tenha que ser impedida pela violência. Por isso, eu voto “sim” para ter uma frente parlamentar para aprofundarmos a democracia brasileira.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 050/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, a bancada do Partido dos Trabalhadores jamais negaria o amplo, franco e democrático debate sobre os sistemas de governo. Nós, do Partido dos Trabalhadores, que ao longo dos anos estamos defendendo o presidencialismo como sistema de governo, ainda adequado à conjuntura do País, reafirma que nesta frente vai propor o verdadeiro debate, porque, inclusive, neste momento, algumas pessoas estão levantando a discussão sobre uma constituinte. Nós também achamos que, antes de tudo, é preciso buscar o âmago da Constituição brasileira, que é defender a força normativa da Constituição aprovada em 1988, no Congresso Nacional, ela que é importante, ela que pode nos garantir a democracia com as suas cláusulas pétreas. Já discutimos os sistemas de governo, e o parlamentarismo foi derrotado, houve uma opção do povo pelo presidencialismo. Há alguns dias, participei de um debate interessantíssimo – Uma hora e meia na TV, dá para falar muito, Ver. Freitas. E, quando eu levantei, o que parece muito bonito, eu, teoricamente, defendo o voto distrital misto, mas eu penso, num País como o nosso, em que nascemos sob a égide do toma lá da cá, do patrimonialismo, da compra de votos, imaginem um colégio eleitoral minúsculo, num Estado como o Rio Grande do Sul, pelo tamanho que tem, seriam colégios bem menores, o que aconteceria com o voto majoritário em uma determinada região? O cacique local se elege contra tudo e contra todos, inclusive contra o povo. Então, há que se pensar na formação histórica do nosso País. Afinal de contas, é preciso lembrar aqui um livro importante: Os Bestializados, de José Murilo de Carvalho. É preciso ler esse livro para entender o Brasil, assim como é necessário ler Casa-Grande & Senzala; As Raízes do Brasil; Os Donos do Poder e os livros do Darcy Ribeiro, caso contrário não se entende o Brasil. É preciso ir lá, beber na fonte para saber que País é este, o que são os brasileiros. Nós estamos vivenciando isso agora, as pessoas são ludibriadas, são enganadas, as pessoas mentem, mentem descaradamente! O político mente porque o povo mente. Hoje encontrei um sujeito que disse: “Finalmente votei em ti”. Eu falei: “Mentira, não fui candidato”. Ele ficou todo encabulado e disse: “Não, para vereador”, mas o desgraçado era candidato a vereador em 2016! Esses são os caras de pau, não são os bestializados que não têm a cultura, que não compreendem, mas, como diz José Murilo de Carvalho, são os bilontras, os que dão um “jeitinho”, da lei de Gérson, da malandragem. Portanto, cuidado com esse de presidencialismo e parlamentarismo. O sujeito foi na televisão e me disse o seguinte: “No parlamentarismo não teríamos corrupção”. Ora, gente, houve mais corrupção com o Berlusconi do que antes dele com a famosa Operação Mãos Limpas. Fizeram a Operação Mãos Limpas na

Itália para botar o Berlusconi, um fascista, dono de grande mídia, e houve roubalheira a três por quatro. Todo mundo acompanhou, todo mundo leu. Eu quero esse debate, sim, nós vamos votar favoravelmente a essa frente parlamentar para discutir o parlamentarismo. Mas deveria ser frente parlamentar para discutir e confrontar o parlamentarismo e o presidencialismo. Aí, sim, teríamos um verdadeiro debate, esse é o debate que eu quero! E vamos propor que esse debate seja feito com pessoas que tenham capacidade para discutir esse tema, e eu quero fazer parte, porque eu quero discutir pela democracia! Viva o presidencialismo!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Requerimento nº 050/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB) (Requerimento): Presidente, solicito alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do Requerimento nº 043/18, passar à discussão e votação do PLL nº 129/17. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 043/18 – (Proc. nº 0470/18 – Ver. Felipe Camozzato) – requer a constituição de Comissão Especial para “realizar uma revisão e simplificação do arcabouço jurídico da cidade de Porto Alegre”.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 043/18. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara, venho explicar do que se trata esse requerimento. Já havíamos discutido em reuniões de liderança a respeito desse tema. Tivemos, ao longo de 2017, as frentes parlamentares que já trataram de desburocratização, de revogação de leis, de consolidação de leis, e o que notamos, ao longo desse trabalho, é que o volume de trabalho nessas frentes parlamentares é bastante extenso, não só extenso como também bastante complexo. Nós

temos aí, mapeadas, mais de uma centena de legislações que já precisam ser atualizadas, precisam ser consolidadas, ou mesmo legislações que podem ser revogadas, que não só facilitam o ambiente legislativo da cidade de Porto Alegre, como também desburocratizam para quem vive e também empreende na Cidade. Então, com o intuito também de despersonalizar de um mandato ou de outro, no caso a Frente do Revogação, que tinha aí como liderança os vereadores Professor Wambert e Valter Nagelstein, a do Empreendedorismo e Desburocratização, cuja frente era formada por 11 vereadores, nós pretendemos aqui fazer uma ação do Parlamento, fazer uma ação mais institucional, uma vez que trata de modernização de toda a legislação de Porto Alegre, que é possível ser modificada pelo Parlamento. E na ocasião da proposição da Comissão Especial, nós tivemos a subscrição do requerimento por quase todos os vereadores presentes naquela ocasião no Parlamento. Então, temos aí 25 vereadores que subscreveram, e que, portanto, estão nos ajudando, vão nos ajudar certamente a fazer com que tenha êxito e que seja um marco na história legislativa da Cidade a constituição da comissão e, depois, o produto final desse trabalho, que será a consolidação e a preservação das legislações de Porto Alegre para facilitar a vida de quem vive na nossa Cidade. Por isso, eu peço os votos de todos os colegas para que a gente possa ter essa Comissão Especial, que trabalhará num ritmo bastante intenso, apresentando todos os feitos para o Parlamento. Muito obrigado pela atenção e conto com a aprovação de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 043/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Felipe e os outros que subscreveram para criar a frente, eu acho que essa frente poderia ser um pouco diferente da Frente do Revogação, ela poderia ter mais gente que fizesse o contraponto, já que o senhor usou aqui os argumentos de que nós vamos discutir algumas leis. E a visão de um ou de outro pode estar obsoleta, pode ser adequada. Então, eu acho que é importante a gente rever algumas leis, ele deu o exemplo de uma em que, inclusive, eu fui o relator, que estava completamente desatualizada, que obrigava os postos de gasolina a fornecer mapas, uma coisa que não existe mais hoje em dia. Hoje em dia, nós temos centenas de aplicativos que nos dão os mapas que nós quisermos. Outra lei proibia farmácias de vender jornais. Farmácias vendem de tudo, hoje em dia, só não podia vender jornal. Pode vender de tudo, menos jornal. Então, há algumas que são desnecessárias. Agora, há outras leis que foram construídas não só com esta Casa, mas com a cidade de Porto Alegre, com a sociedade de Porto Alegre. São leis que mexem com o Plano Diretor, lei que mexe em zoneamento, lei que mexe com estruturas que são necessárias. Apesar de saber que o senhor é um defensor do Estado Liberal, mas precisamos de algumas regras. E a forma disso, e o ver. Ferronato ainda lembrou disso, na semana passada, nós estamos vendo aqui, semanalmente, dezenas de trabalhadores de aplicativos vir nos pedir para nós

criarmos regras em cima dos aplicativos. E assim os *food trucks* vieram pedir para esta Casa, também, criar regras. Então, tudo na ordem democrática em que se vive, na ordem de um País em que se vive precisa ter algumas regras. Então, tivemos regras que foram construídas e constituídas, nesta Casa, por exigência da sociedade, exigência de setores da sociedade. Então, quero dizer que, subscrevi a frente, vou votar a favor da frente e já me indico para participar da frente, apesar do tempo difícil, como o senhor mesmo disse, que a gente tem, de horário e tudo, mas já me coloco à disposição para participar dessa frente, até como membro da Comissão de Constituição e Justiça, para que esses temas cheguem, na CCJ, já meio encaminhados. Seria isso, Sra. Presidente, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 043/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Senhoras e senhores, Sra. Presidente, quero encaminhar, em nome da bancada Progressista, a criação dessa Comissão Especial. Quero parabenizar o Ver. Felipe Camozzato pela iniciativa, porque é, sim, um momento de simplificação. Nós fizemos um trabalho importante na Secretaria de Desenvolvimento Econômico a esse respeito, mas há um arcabouço jurídico na Cidade que é, sem dúvida nenhuma, complexo e em muitos casos atrapalha a atividade econômica, bem como algumas ações civis dentro da Cidade, que não dependem de organização empresarial, mas sim da vida civil da Cidade. Então é hora, sim, de rever o arcabouço legislativo, e é uma missão importante e, por isso, nos dá espaço de discutir, como disse o Ver. Janta, com toda a pluralidade, com toda a representação plural que há na Câmara de Vereadores, mas é fundamental que haja não só uma diminuição da quantidade de normas em Porto Alegre, mas da carga obrigatória que estas normas têm para o cidadão que quer atuar economicamente, que quer organizar a vida da Cidade, ou até procedimentos mais simples de adoção de praça, o que seja. Nós estamos vivendo uma necessidade – e o povo está dizendo isso – de menos burocracia, de menos atrapalhão de governo, de um governo mais simples, mais direto e, por que não dizer, menor. Essa é a demanda que precisamos levar adiante e responder para Porto Alegre.

Neste sentido, a Comissão Especial permitirá discutir e aprofundar iniciativas a esse respeito. Sou favorável, recomendo e encaminho pela bancada Progressista que vote favoravelmente, podem contar comigo nas reuniões que terá a Comissão, porque acho fundamental, inclusive a própria legislação do comércio do Município que foi se criando em leis complementares diferentes, emendadas ao longo do tempo, depois decretos específicos, leis ordinárias. Há um conglomerado de leis que regem o comércio de Porto Alegre e que precisam ser consolidadas numa só peça de legislação para simplificar no seu conteúdo e até escritas num português mais claro para que o porto-alegrense entenda com mais simplicidade. Não consigo contratar um

advogado para entender se pode botar uma padaria nesta esquina ou não, e que isso possa permitir também uma revisão nos processos do próprio governo municipal de concessão das licenças, de concessão dos alvarás, à sombra de uma legislação mais moderna e mais simplificada. É, às vezes, difícil para o gestor público que está lá na secretaria, Ver. Marcelo Sgarbossa, simplificar o processo interno quando a legislação estabelece requisitos exacerbados. Então, quando a legislação pede que o cidadão comprove o requisito, o Executivo não pode deixar de exigir, mas, se a legislação for revista, melhorada e simplificada, o Executivo deve vir de arrasto, sim, entregar para a população processos mais céleres e mais simplificados. Também tem em Porto Alegre coisas arcaicas e que merecem a revisão. O Ver. Cláudio Janta já mencionou aqui: as farmácias vão poder vender jornais. Ao contrário do que ocorre em Minas Gerais, por exemplo, em Belo Horizonte, onde as farmácias vendem refrigerantes, vendem o que bem entendem, esse é mais um ponto de comércio na Cidade que acaba, às vezes, sendo uma loja de conveniência que está nas esquinas e funciona 24 horas. Porto Alegre acabou restringindo isso. Então, há tantas coisas, os próprios postos de conveniência. O mobiliário urbano tem a ver com isso também. Das atividades econômicas que podem se desenvolver no mobiliário urbano, há uma série de questões que nós podemos simplificar e melhorar a vida do porto-alegrense. E acho que esta comissão terá um papel fundamental de estudo não só de proposta, mas de estudo, porque já é uma tarefa hercúlea reunir toda a legislação para analisar e depois apresentar as alternativas possíveis. Eu tenho discutido com todos os vereadores e com a sociedade também, porque nós sabemos que é importante, para que as leis sejam aprovadas aqui, que se construa, antes do plenário, o maior consenso possível ou uma maioria robusta. Isso se faz através do diálogo. Por isso, parabéns, somos favoráveis à criação da Comissão Especial. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 043/18.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, apenas para saudar a iniciativa dos vereadores que me antecederam e brilhantemente defenderam a iniciativa. Mas eu queria chamar a atenção em um ponto, Ver. Felipe, saúdo publicamente a iniciativa, mas quero, aproveitando essa oportunidade, fazer um apelo aos Vereadores e Vereadoras, e vou iniciar de uma forma muito simples, Ver. Oliboni, Ver. Alex, nós que somos bancadas, politicamente, fazemos trabalhos em campos diferentes, precisamos nos ater que quando nós somos oposição a algo, por ideologia ou por posicionamento, seria importante que nós nos colocássemos sempre no lugar dos outros. Se o governo fosse do PT, do PSOL, de outros partidos que eu porventura viesse a divergir, quero deixar claro aqui algo registrado nos Anais da Casa, para ser, inclusive, cobrado, se não for desta forma: quem tem coerência, tem esse cuidado para com o poder Executivo que estiver na prefeitura. Às vezes, eu vejo, em

alguns legislativos pelo Brasil, verdadeiras aberrações, inclusive alguns aqui conhecem aberrações de colegas nossos, que fazem medidas e propostas inconstitucionais; já falei para o Maroni sobre algumas propostas, ele diz que são para conscientização, para marcar posição, só que a gente gera um grande problema. Se a prefeitura fosse, por exemplo, do PT, e eu quisesse gerar um desgaste diário para o PT, eu apresentava um monte de propostas, mesmo sabendo que são inconstitucionais, para subir aqui e fazer discurso fácil: “Ah! Mas isso é bom!” Nós temos, como legisladores, que nos ater cada vez mais às inconstitucionalidades das propostas, mesmo sabendo que nós vivemos de apresentar os nossos projetos. Eu aprendi isso, ouço atentamente – o Ver. Cassio, nosso ex-Presidente, disse, várias vezes –, fico observando e aprendendo: nós, aqui, dependemos dos projetos que nós defendemos. Eu quero saudar essa iniciativa, quero participar dessa iniciativa, mas também quero pontuar que este vereador que está aqui, Ver. Adeli, jamais, na sua conduta como legislador, Ver. Robaina, apresentará medidas sabendo que são inconstitucionais, para gerar um veto, para ter um desgaste do prefeito ou até para que haja uma ADIn: “Vou aprovar e o prefeito que faça uma ADIn!” Vamos pensar um pouquinho, porque a gente tem que parar com isso, temos que ajudar as pessoas que ainda não se deram conta disso, seja em nível municipal, estadual ou federal. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 043/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado colegas, companheira Sofia, pelo espaço. Nós votaremos a favor. Acho que o Parlamento, Ver. Felipe, é o lugar para debater, seja através de frentes parlamentares, seja através de comissões especiais. Então, nós votaremos a favor. Eu lamento que muitos projetos não consigam chegar ao plenário, projetos de autoria de vários Vereadores, inclusive minha. O debate que poderia ser feito no plenário acaba sendo feito ali, numa assinatura, numa comissão. É uma perda para a Cidade quando isso acontece.

Eu queria levantar uma questão em relação à Comissão Especial que poderá ser formada para tratar dessa simplificação ou, como ali está dito, modernização. Eu acredito que esse é um papel meramente técnico jurídico, porque as leis podem deixar de existir por serem declaradas inconstitucionais, por serem revogadas ou pelo próprio desuso – ou seja, o não uso, como o Ver. Janta citou aqui. Recentemente, aprovamos uma lei que revoga essa lei já em desuso, uma lei que obrigava os postos de gasolina a terem mapas. É uma lei em desuso. Hoje em dia, com a tecnologia, não tem mais sentido. Então eu não sei, Ver. Janta, porque, apesar de a nossa bancada votar favorável à formação dessa comissão especial, o fato é que poderá haver um juízo do próprio proponente ou de quem está participando do que está e do que não está em desuso. Nós acabamos de aprovar uma lei do Ver. Janta que obriga as escolas a terem uma capacitação para atender a uma criança, uma capacitação em primeiros socorros. Será

que essa comissão entenderá que uma lei como essa, que foi amplamente aprovada pela quase maioria, pela quase totalidade do plenário, precisará ser modernizada? Eu quero lembrar aqui – já falei nesta tribuna – que o nosso Código de Posturas, lá de 1975, diz que os elevadores do Município devem ter lanternas e que essas lanternas devem ter quatro pilhas. Está dito nessa lei de 1975, uma lei que tem 43 anos.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Pois, é, Ver. Bosco. Será que essa comissão vai ser dar ao trabalho de revogar essa parte do Código de Posturas que diz que tem que ter uma lanterna e que essa lanterna tem que ter quatro pilhas? Percebam como me parece que esse trabalho é um trabalho mais de um corpo técnico da Casa, de servidores e servidoras, do que de uma comissão especial. Os vereadores estão interessados em fazer esse trabalho que parece ser mais técnico-jurídico do que um trabalho político de mandatos, não vai ser eu que vai falar contra, se o Vereador entende que vale a pena colocar energia em algo que já está em desuso, porque provavelmente nesse levantamento dessas leis que precisam ser revogadas estará a revogação de parte do Código de Posturas, e que fala da lanterna de quatro pilhas. Eu acho que não valeria a pena Vereadores se debruçarem num esforço para localizar esta, das quatro pilhas, e outras leis que são, obviamente, revogadas pelo desuso, Ver. Felipe.

Então, é nesse sentido, e quero lembrar que esta é uma Casa de debates, se querem fazer uma comissão, façam, terão o nosso apoio, votaremos a favor, mas me parece uma perda de energia, na medida em que algumas leis, obviamente, estão em desuso, como é a dos mapas, como é a da questão das quatro pilhas das lanternas dos elevadores. Fica só essa ressalva, podemos ouvir o contraponto, mas eu faria essa sugestão para a Mesa Diretora encaminhar – claro, se fizerem a comissão –, que a Mesa Diretora encampasse esse trabalho e a gente fizesse, efetivamente, uma revogação geral de leis que estão, obviamente, em desuso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Só para esclarecimento, a Comissão Especial não tem um poder terminativo, não revoga nada, não aprova nada, apenas estuda e sugere, e o plenário fará a apreciação. Portanto, não tem nenhum cabimento, eu, enquanto presidente, ou qualquer um dos membros da comissão, fazer um julgamento de valor e fazer a revogação ou qualquer coisa assim. Precisa passar pelo plenário. Portanto, necessariamente, haverá a apreciação do plenário sobre qualquer tema que surgir na comissão. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 043/18.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Obrigada, Presidente.

Eu quero dizer que, pela bancada do MDB, votaremos favoráveis a essa proposta da Comissão Especial, uma vez que vemos que o nosso Município acaba tendo leis que estão em desuso, leis que prescreveram e que, muitas vezes, fazem com que se tenha uma grande preocupação por parte de algumas pessoas em cuidar das leis, sendo que essas já estão prescritas, como é o caso dos elevadores que o Ver. Marcelo Sgarbossa aqui comentou. Dizer que essa Comissão Especial vem de bom grado, uma vez que comissões especiais têm 60 dias, elas têm início, meio e fim, ou seja, tem 60 dias para ser apresentado o trabalho, prorrogáveis até 90 dias. Ou seja, em 90 dias, bem como falou o proponente Ver. Felipe Camozzato, será trazido ao plenário para se fazer a votação. Muitas vezes vemos, e aqui trago uma fala até de que a imprensa é uma das que cobra muito que os vereadores devem fazer projetos, o que, de certa forma, leva ao entendimento da população de que o vereador que não apresenta projeto, que não tem seu projeto aprovado como lei, não faz o seu trabalho. Isso proporciona o *frisson* de os vereadores acabarem fazendo leis, projetos de lei que acabam virando leis no Município, que acabam não tendo efetividade, nem sendo utilizadas. São leis inócuas e, muitas vezes, também a imprensa faz esse estímulo de criação de projetos e de leis. Tenho a dizer que o vereador tem muito mais a fazer do que só projetos, ele tem que fiscalizar o que está acontecendo no Município, ele tem que fazer a cobrança da aplicação de recursos, ele é aquela pessoa que vai auxiliar o Executivo nas mais variadas demandas, que tem que cobrar do Executivo por coisas que devem ser executadas. Muitas vezes, a questão da imprensa cobrar a criação de projetos e de leis faz com que haja esse *frisson* e essa quantidade de leis que temos hoje aqui no município de Porto Alegre, que são precárias, que não são mais utilizadas, que caducaram e, mais do que isso, prescreveram porque estão em desuso. Muito bem falado pelo vereador que não é a comissão que vai dizer qual a lei vai estar sendo válida, qual vai ser anulada, qual vai continuar a existir, mas é o plenário que o fará a partir do trabalho feito por essa comissão. Além disso, é o vereador que tem esse contato direto com a população, e também poderemos ver se essas leis que estão hoje no Município de Porto Alegre estão sendo válidas e, mais do que isso, respeitadas. Não precisamos de leis só para fazer o nome: “Ah, foi o vereador Fulano de Tal que fez!” Nós, Vereadores, temos muito mais funções do que isso, e a principal é a fiscalização, a cobrança de ações por parte do governo quanto à aplicação de recursos, de políticas públicas que venham auxiliar, efetivamente, a população porto-alegrense na melhoria da educação, da saúde e da segurança.

Ver. Felipe Camozzato, a bancada do PMDB estará votando favoravelmente, e esta vereadora fará parte dessa comissão de muito bom grado. Obrigada pela oportunidade.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Requerimento nº 043/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 18 votos **SIM**, com a presença da Presidente.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. José Freitas. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Sete vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h41min.)

* * * * *